

SUMÁRIO

PARTE I

COMPETÊNCIA CÍVEL DA JUSTIÇA FEDERAL..... 19

Fernando da Fonseca Gajardoni

1. Jurisdição, competência e previsão legal.....	19
2. Os limites da jurisdição nacional – jurisdição nacional brasileira e jurisdição internacional (breve notícia).....	21
3. Competência interna.....	25
3.1. Critérios de competência interna	25
3.2. Critério funcional e hierárquico	27
3.2.1. Foro por prerrogativa de função (foro privilegiado) .	27
3.2.1.1. Ações cíveis de competência dos Tribunais Regionais Federais (TRFs)	31
3.2.1.2. Mandado de segurança no sistema dos Juizados Especiais Federais	35
3.2.1.3. Competência dos TRFs para julgar MS/HD e rescisórias impetradas contra ato/decisão de juiz estadual fora da competência material delegada	37

3.2.1.4.	Competência dos TRFs para julgar MS contra ato de autoridade estadual/municipal com prerrogativa de foro no TJ, mas que atua por delegação de autoridade federal.....	39
3.2.1.5.	Foro privilegiado nas ações coletivas civis (inclusive improbidade administrativa) ...	42
3.2.1.6.	Término do mandado/cargo e foro privilegiado cível.....	44
3.2.1.7.	Litisconsórcio passivo com a autoridade detentora de foro por prerrogativa de função cível.....	45
3.2.1.8.	Ações contra o CNJ/CNMP no STF (art. 102, I, “r”, da CF).....	47
3.2.2.	Prevenção.....	53
3.2.2.1.	Ação acessória ou relacionada ajuizada por ente do art. 109, I, da CF, com a ação principal em curso na Justiça Estadual.....	55
3.3.	Critério material (<i>ratione materiae</i>).....	57
3.3.1.	Justiça Eleitoral.....	59
3.3.2.	Justiça do Trabalho.....	60
3.3.3.	Justiça Comum (Federal e Estadual).....	65
3.4.	Critério valorativo (<i>ratione valoris</i>).....	67
3.4.1.	Competência dos Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/2001).....	68
3.5.	Critério Territorial (<i>ratione loci</i>) e distribuição.....	71
4.	Regime jurídico da competência.....	75
5.	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	81
5.1.	Causas modificativas de competência.....	83
6.	Foro de eleição.....	88

7. Competência cível da Justiça Federal.....	92
7.1. O art. 109, I, da Constituição Federal.....	95
7.1.1. Hipóteses de exclusão da competência da Justiça Federal – causas da Justiça Eleitoral e Trabalhista	100
7.1.2. Hipóteses de exclusão da competência da Justiça Federal – ações acidentárias típicas.....	101
7.1.3. Hipóteses de exclusão da competência da Justiça Federal – falência, recuperação judicial, insolvência civil, repactuação de dívidas e afins	104
7.1.4. Sociedades de economia mista federais, serviços sociais autônomos e organizações sociais.....	107
7.1.5. Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União.....	108
7.1.6. Concessionárias de serviço público federal.....	110
7.1.7. Intervenção de ente federal no processo em curso perante a Justiça Estadual.....	111
7.1.8. Intervenção/assistência anódina da União (Lei 9.469/97) e <i>amicus curiae</i> (art. 138 do CPC) de entes federais nas causas perante a Justiça Estadual.....	115
7.1.9. Participação de órgãos federais responsáveis pelas políticas agrárias e urbanas, nas ações possessórias em curso na Justiça Estadual, relativas a conflitos coletivos pela posse de imóvel (art. 565, § 4º, do CPC)...	118
7.1.10. Habilitação de crédito de ente federal em inventário	119
7.1.11. Procedimentos de jurisdição voluntária para levantamento de valores relativos a PIS, PASEP, FGTS e resíduos previdenciários deixados por falecidos.....	121
7.1.12. Protesto pela preferência no recebimento do crédito por entes do art. 109, I, da CF	122
7.1.13. Litisconsórcio passivo facultativo entre entes do art. 109, I, da CF e outros	122

7.1.14.	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).....	126
7.1.15.	Questões relacionadas ao ensino superior	130
7.1.16.	Ações relacionadas à entrega de medicamentos e realização de procedimentos médicos pelo SUS.....	132
7.1.17.	Mero interesse da União ou entidade afim, sem participação como parte ou terceiro	136
7.1.18.	Ações coletivas (ação civil pública e ação popular) em matéria ambiental	137
7.1.19.	Ações coletivas para fins de reparação de prejuízos ao erário (ação civil pública, ação popular e ação civil de improbidade administrativa)	142
7.1.20.	Ação de interesse de criança/adolescente em situação de risco.....	148
7.1.21.	Intervenção do MPF como assistente simples nas causas ajuizadas contra seus membros, por conduta praticada no exercício da profissão.....	149
7.1.22.	Propriedade industrial e nulidade de patente e registro de desenho industrial e marca	150
7.2.	O art. 109, II, da Constituição Federal	152
7.3.	O art. 109, III, da Constituição Federal.....	154
7.3.1.	Ações fundadas na Convenção de Haia sobre sequestro internacional de crianças.....	154
7.3.2.	Outras ações fundadas no art. 109, III, da CF.....	156
7.3.3.	Hipóteses de não incidência do art. 109, III, da CF	158
7.4.	O art. 109, V-A, da Constituição Federal.....	160
7.5.	O art. 109, VIII, da Constituição Federal	164
7.5.1.	MS e HD contra ato de dirigente de empresas públicas federais	166
7.5.2.	MS contra ato de dirigente de sociedade de economia mista federal	167

7.5.3.	MS contra ato de dirigente de subsidiárias de empresas públicas federais e sociedades de economia mista federais.....	168
7.5.4.	MS contra ato de dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público federal	169
7.5.5.	MS contra ato de dirigente de entidade (pública federal e privada) de ensino superior	171
7.5.6.	MS contra ato de presidente de Junta Comercial.....	174
7.5.7.	MS contra ato de particular ou autoridade municipal/estadual (sem prerrogativa de foro) que atua na condição de retentor de tributos federais	174
7.5.8.	Mandado de injunção contra autoridades federais ...	175
7.6.	O art. 109, X, da Constituição Federal	177
7.6.1.	Execução de carta rogatória e homologação de sentença estrangeira.....	178
7.6.1.1.	Procedimento do cumprimento de sentença perante a Justiça Federal.....	181
7.6.1.2.	Procedimento da execução da carta rogatória	182
7.6.2.	Causas referentes à nacionalidade (inclusive a respectiva opção) e à naturalização	183
7.7.	O art. 109, XI, da Constituição Federal	184
8.	Competência material federal delegada.....	186
8.1.	Ações previdenciárias (art. 15, III, da Lei 5.010/66, com a redação pela Lei 13.876/2019).....	189
8.1.1.	Transição do modelo anterior da delegação para o atual, inaugurado a partir da EC 103/2019 e Lei 13.876/2019 (art. 15, III, da Lei 5.010/66)	193
8.1.2.	Limites da delegação de competência do art. 15, III, da Lei 5.010/66 (ações de segurado contra o INSS).	197

8.2.	Ação de produção antecipada de provas e justificações contra os entes do art. 109, I, da CF.....	198
8.3.	Usucapião especial rural.....	200
8.4.	Audiência de entrega de certificado de nacionalização.....	200
8.5.	Execução fiscal de tributos federais e afins.....	201
8.6.	Ações coletivas.....	203
8.7.	Conflitos de competência entre a unidade da Justiça Federal com a unidade da Justiça Estadual que atua por delegação (art. 109, § 3º, da CF).....	205
8.8.	Ações acidentárias típicas.....	205
9.	Competência territorial da Justiça Federal.....	206
9.1.	Art. 109, §§ 1º e 2º, da CF: competência absoluta ou relativa?.....	209
9.2.	Aplicação da regra do art. 109, § 2º, da CF (art. 51, parágrafo, do CPC) às autarquias federais.....	211
9.3.	Ações contra empresas públicas federais.....	212
9.4.	Litisconsórcio ativo entre autores domiciliados em foros distintos.....	213
9.5.	Litisconsórcio passivo entre a União/autarquias federais e particulares.....	213
9.6.	Competência territorial nos mandados de segurança contra atos praticados por autoridades da União e das autarquias federais (art. 109, VIII, da CF).....	214
9.7.	Ações civis públicas e coletivas no âmbito da Justiça Federal	216
9.7.1.	Ajuizadas pelos entes do art. 109, I, da CF.....	216
9.7.2.	Ajuizadas contra um dos entes do art. 109, I, da CF	219
9.8.	<i>Forum shopping</i> e <i>forum non conveniens</i> à luz da regra do art. 109, § 2º, da CF.....	219

9.9. Competência territorial nas ações perante os Juizados Especiais Federais (Lei 10.259/2001)	222
9.10. Competência territorial nas execuções fiscais federais	223

PARTE II

COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA FEDERAL 227

Renato Brasileiro de Lima

1. Considerações iniciais	227
2. Atribuições investigatórias da Polícia Federal	230
3. Crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, art. 109, inciso IV)	233
3.1. Crimes políticos	233
3.2. Crimes contra a União	238
3.3. Crimes contra autarquias federais	239
3.4. Crimes contra empresas públicas federais	240
3.5. Crimes contra fundações públicas federais	245
3.6. Crimes contra entidades de fiscalização profissional	245
3.7. Crimes contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	247
3.8. Crimes contra sociedades de economia mista, concessionárias (ou permissionárias) de serviço público federal e entidades do “Sistema S”	250
3.9. Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (fundações públicas federais) e das empresas públicas federais	252
3.10. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03)	264

3.11. Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar da União e do Distrito Federal.....	265
3.12. Crime praticado contra funcionário público federal	268
3.13. Crime praticado por funcionário público federal.....	272
3.14. Tribunal do Júri Federal	276
3.15. Crimes contra o meio ambiente	278
3.16. Crimes contra a fé pública	287
3.17. Juízo Federal da Execução penal.....	299
3.18. Contravenções penais.....	304
3.19. Atos infracionais	306
3.20. Crimes previstos na Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/16)..	306
3.21. Crimes cometidos no estrangeiro.	308
4. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, art. 109, inciso V)	311
4.1. Tráfico internacional de drogas	316
4.1.1. Desclassificação de tráfico internacional de drogas e perpetuação da competência.....	321
4.1.2. Delegação de competência federal	322
4.2. Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal.....	325
5. Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal (CF, art. 109, V-A, c/c Art. 109, § 5º).....	333
6. Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (CF, art. 109, VI)	340
6.1. Crimes contra a organização do trabalho.....	340

6.2. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira	345
6.2.1. Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais.....	359
7. <i>Habeas corpus</i> , em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, art. 109, VII)	362
8. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, art. 109, VIII) .	364
9. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, art. 109, inciso IX)	366
10. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, art. 109, X)	370
11. Disputa sobre direitos indígenas (CF, art. 109, XI).....	372
11.1. Genocídio contra indígenas	376
12. Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual	378
BIBLIOGRAFIA	381